

**A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO PIAUÍ NAS MENSAGENS GOVERNAMENTAIS E
RELATÓRIOS DA EDUCAÇÃO (1930-1961)**

Camila Oliveira Neves-Universidade Federal do Piauí (UFPI)
E-mail: camilapeixes@hotmail.com

Maria do Amparo Borges Ferro-Universidade Federal do Piauí (UFPI)
E-mail: amparoferro@uol.com.br

Marta Susany Moura Carvalho-Universidade Federal do Piauí (UFPI)
E-mail: masuanmi@hotmail.com

Priscila de Sousa Lima-Universidade Federal do Piauí (UFPI)
E-mail:priscilapedago16@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho pretende descrever a instrução primária no Piauí entre o período de 1930 a 1961 a partir das Mensagens Governamentais e Relatórios da Educação publicados no período alvo. O aporte teórico que subsidiou a pesquisa é a Nova História Cultural segundo Burke (1992) e Lopes & Galvão (2001). A metodologia escolhida é a análise de conteúdo segundo Bardin (1994) aqui empregado com caráter qualitativo. Com a pesquisa pudemos concluir que a instrução primária no período pesquisado se deu de maneira satisfatória devido a acontecimentos alheios e a vontade dos que se propunham a expandir e melhorar o ensino primário, como por exemplo, a crise de transportes em 1942. Os governadores ressaltavam que a instrução pública, sobretudo a primária, careceu de reformas de ensino. Com o estudo pretendemos produzir informações organizadas sobre a história da educação no Piauí.

Palavras-chave: História. Educação. Instrução Primária. Piauí.

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Cada vez mais a história da educação do Piauí ganha esclarecimentos e informações pertinentes resultantes de pesquisas científicas. Tal fato se dá ao crescimento apresentado nos estudos e pesquisas na área de história da educação em todo o país. Entretanto, a produção referente ao ensino primário ainda é escassa no referido estado. Muitos trabalhos até citam/expõem direta ou indiretamente o ensino primário, como por exemplo, os estudos sobre os professores e suas práticas, porém não é o objeto central de nenhum deles.

Partindo desta premissa é que nos deparamos com a seguinte questão na tentativa de minimizar a lacuna observada a nível primário estabelecendo-se um período alvo e sua fonte de pesquisa: Como foi o ensino primário no Piauí entre os anos de 1930 a 1961 segundo o exposto nas Mensagens Governamentais e Relatórios da Educação publicados neste período?

Assim, a pesquisa objetivou descrever como se deu o ensino primário no referido período a partir de fontes documentais, especificamente, Mensagens Governamentais e Relatórios da Educação, caracterizar e levantar informações sobre o dado nível de ensino no período proposto.

Com este estudo esperamos contribuir para melhor compreensão da história da educação do Piauí, sobretudo a nível primário, bem como, da história da educação no Brasil.

2 SOBRE A METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através de atividades de levantamento e organização de fontes documentais – neste caso, mensagens governamentais e relatórios da educação – contidos no Arquivo Público do Piauí (Casa Anísio Brito). A metodologia escolhida é a análise de conteúdo, segundo Bardin (1994), pois considera necessária a investigação histórica como parâmetro para a ação do professor. Esta análise se dará através de etapas de pesquisa sendo apresentado de forma descritiva e sequencial o seu desenvolvimento.

A análise de conteúdo se refere a um conjunto de instrumentos metodológicos que se aperfeiçoa constantemente e que se aplica a discursos diversificados. O método de análise de conteúdo consiste em tratar a informação a partir de um roteiro específico, na qual se escolhe os documentos (neste caso, mensagens governamentais e relatórios da educação), se formula hipóteses e objetivos para a pesquisa (BARDIN, 1994).

O método de análise de conteúdo é aqui empregado a um caráter qualitativo. Visto que a pesquisa qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas. Pois ao analisarmos os documentos legais, estes ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vista a uma interpretação nova ou complementar.

Considerando que a abordagem qualitativa enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada permite aos investigadores propor trabalhos que explorem novos enfoques.

3 A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO PIAUÍ A PARTIR DOS RESULTADOS OBTIDOS

Após a coleta de dados, os mesmos foram analisados, selecionados e organizados (inclusive em acervo digital). Foram colhidas as mensagens governamentais e relatórios da educação dos anos de 1930 a 1961, observando que nem todos foram localizados no Arquivo Público. O acervo final consta com onze Mensagens Governamentais e 3 Relatórios da Educação.

No tocante à instrução primária, a década de 1930 inicia com a admissão da matrícula de rapazes nos cursos das escolas normais de Floriano e Parnaíba, além da limitação da matrícula no primeiro ano do curso.

Em 1935 é apresentado pelo Cap. Landry Salles Gonçalves, interventor federal no estado, um relatório compreendendo os anos de 1931 a 1935. Neste relatório são apresentados:

- a) Números de matrículas na instrução pública;
- b) Quatro quadros com o movimento didático e docente dos anos de 1931 a 1934;
- c) Dispêndio com a instrução pública.

No ano de 1936 a ênfase fica por conta do magistério primário. Segundo o atual governador, Dr. Leônidas de Castro Mello, a situação do magistério na capital é a desejável, visto que há condições para o acompanhamento de questões pedagógicas. No interior, porém, o aspecto é inteiramente outro: professoras com esforços físicos, dedicação e qualidade das aulas comprometidas por falta de remuneração adequada, bem como pelas distâncias que tinham que percorrer até as escolas/grupos escolares:

Algumas professoras para alcançar os seus grupos, têm de vencer, a pé, enormes distancias. O que recebem não lhes permite o conforto do transporte, sob pena de ficar desfalcado o pão do mez (...) os annos de trabalhos accumulado não lhes trazem senão amarguras e pobreza, aggravadas pela neurasthenia, quasi infallvel, que adquirem na profissão esgotante (...) (MELLO, 1936, p.19) ¹

Diante destas razões o governador prometeu conceder um pequeno aumento à remuneração do magistério, entretanto ressalta que o Piauí está entre os estados que mais dispendem com a instrução, “em 1935 foram gastos 1.403:560 \$ 900” (MELLO, 1936, p. 20). A matrícula geral no ensino primário teve um aumento de 2.929 alunos em relação ao ano

¹

Transcrito do original, logo, obedece às regras de escrita e acentuação da época.

interior. Neste ano há a introdução do cinema educativo no Piauí.

Em 1937 são expostas fotografias de diversas escolas e grupos escolares inauguradas em 1936 e 1937 em alguns municípios. O destaque se dá pela padronização dos edifícios, como pode ser observado nas Figuras 1 e 2, sobretudo as do tipo de Escolas Agrupadas.



Figura 1: Escolas Agrupadas de Boa Esperança - Piauí.
Fonte: Mensagem Governamental de 1937, p. 36.



Figura 2: Escolas Agrupadas em Luiz Correia – Piauí.
Fonte: Mensagem Governamental de 1937, p. 36.

Em 1938 é apresentado pelo interventor do estado, Leônidas de Castro Mello, um diagrama referente à matrícula e frequência média nas escolas primárias do estado no período de 1933 a 1937. Neste observasse o aumento do número de matrícula e frequência escolar, um bom dado devido à ideia de que o levado número de matrícula e frequência sejam considerados indicadores de qualidade. Tal afirmação se dá pelo fato de que a construção de edificações escolares era um dos aspectos mais ressaltados pelos governadores, pois equivaleria à ampliação do número de vagas, e conseqüentemente ao aumento no número de matrículas.

Em 1940 o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) publicou a estatística do ensino primário no Brasil durante os anos de 1932 a 1936. Nos resultados desta pesquisa, o Piauí ocupou o segundo lugar no item crescimento de matrículas referente ao período pesquisado. Fato este ressaltado pelo governador do período, Leônidas de Castro Mélo. São expostos quadros com o movimento didático e docente de 1939. No relatório estão apresentados em 8 páginas, neste trabalho encontra-se resumido e reorganizado apenas uma categoria, a matrícula geral como podem ser observadas a seguir:

Quadro 1: Matrícula Geral em 1939 nos municípios

| Total de Municípios | Estadual | Municipal |
|---------------------|----------|-----------|
| 47 | 28.246 | 3.480 |

Fonte: Relatório da Educação de 1940. Organização das autoras deste trabalho.

No ano de 1942, o Serviço de Inquéritos e Pesquisas Pedagógicas, órgão do Departamento de Ensino, introduz uma nova atividade no sistema escolar piauiense: o Intercâmbio Cultural Infantil. Neste tipo de intercâmbio os estudantes escreviam a colegas de quaisquer outros estados da federação com a finalidade da troca de informações sobre aspectos locais característicos de seus estados. O governo incentivou esta ação auxiliando na distribuição das cartas aos demais estados.

No ano de 1943 o interventor federal Leônidas de Castro Melo apresentou gráficos referentes às matrículas no ensino primário em um período de oito anos (1935-1942), bem como a distribuição do corpo docente (normalistas e não normalistas) a nível municipal e estadual no ano de 1942.

Em 1948 José da Rocha Furtado expõe quadro de matrícula na esfera estadual de ensino primário nos anos de 1946 e 1947. Este dado é importantíssimo, visto que alguns anos não poderão ser analisados em decorrência da ausência de material. É apenas neste ano que o ensino público no estado passa a ser “inteiramente gratuito” (FURTADO, 1948, p.11). O fim da década de 1940 é marcado pelo acréscimo dos movimentos burocráticos a nível educacional. No ano de 1950 também é acrescido à matrícula do curso ginásial.

No ano de 1951, o Governador, Pedro de Almendra Freitas, em sua mensagem, limitou-se a uma espécie de resumo e julgamento à administração de governos anteriores expondo números referentes à matrícula, frequência, unidades escolares e outros movimentos didáticos.

Algumas dessas estatísticas foram organizadas em quadros, o a seguir é referente a matrícula e frequência em estabelecimentos estaduais :

Quadro 2: Matrícula e Frequência em Estabelecimentos Estaduais

| Ano | Matrícula | Frequência |
|------|-----------|------------|
| 1948 | 42.615 | 29.184 |
| 1949 | 43.695 | 33.386 |
| 1950 | 37.263 | 27.343 |

Fonte: Mensagem Governamental de 1951. Organização das autoras deste trabalho.

A diminuição gradativa no número de matrículas e frequência, segundo o governador, se dá pela não criação de novas escolas pelo Departamento da Educação no governo de 1950. Ainda referente a movimentos didáticos estatísticos, existiam em 1950, 47 Grupos Escolares, 43 Escolas Reunidas e 465 Escolas Isoladas mantidas pelo Estado.

Em 1952 são expostos quadros com o movimento escolar de 1951 comparado com o de 1950. Estes quadros mostram a elevação do número de matrículas, de 56.506, em 1950, para 59.120, em 1951. O movimento escolar municipal revelou o aumento do número de estabelecimentos de ensino do tipo Escolas Isoladas.

Neste ano o governador, Pedro de Almendra Freitas, informa sobre as finalidades do ensino primário do Piauí “aprovado pelo decreto-lei n. 1.306, de 2 de Setembro de 1496, na conformidade do decreto-lei federal n. 8. 585, de 8 de janeiro do mesmo” (FREITAS, 1952, p. 60):

- a) Proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional e ao exercício das virtudes morais e cívicas, que a mantenham dentro de elevado espírito de fraternidade humana;
- b) Oferecer, de modo especial, às crianças de 7 a 12 anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade;
- c) Elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho. (FREITAS, 1952, p. 60)

O documento continua afirmando que, com base nesses princípios, é que o Departamento da Educação estavam elaborando a regulamentação do ensino primário, que segundo o governador, encontrava-se em fase final. Regulamentação esta que não é sequer citada nas mensagens e relatórios dos governos seguintes.

No ano de 1953, a administração de serviços educacionais estabeleceu normas referentes à educação determinando a proibição da serem instaladas novas escolas , bem como

a contratação de profissionais docentes depois do primeiro semestre letivo, ou seja, após as férias escolares de julho. Ainda no ano de 1953 foram concluídos quarenta prédios escolares rurais em vinte e quatro municípios piauienses.

Em 1960 é apresentado pelo governador, Dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, quadros com a situação docente e administrativa do ano de 1958. Estes revelam que havia 785 professores primários dos quais a maioria, um total de 233 pertenciam à classe M. Em relação ao número de regentes de ensino, verificou-se um total de 36, sendo 30 pertencentes à classe G.

Tal número insuficiente de professores e regentes resultaram no pedido ao Poder Legislativo da criação de cinquenta cargos de professores primários e cinquenta cargos para regentes de ensino pela lei n. 2.051, de 7 de dezembro de 1960. A lei foi efetivada no ano de 1961 com a criação dos citados cargos.

No tocante ao crescimento da rede escolar no ano de 1960, este é marcado pelas reclamações das famílias que não encontravam matrículas nas escolas públicas da capital. Diante da situação, o governo instalou 3 novas unidades escolares na capital. Com a instalação dessas novas unidades o governo sanou apenas uma das reclamações referentes à matrícula. Na capital, o déficit ainda configurava-se como um problema, fato relatado pelo próprio governador:

Reconhecemos, entretanto que estamos ainda longe de uma solução definitiva para o deficit de matrícula de vez que, segundo as estatísticas, êle se eleva mais de 50%, fato que não ocorre apenas no nosso Estado, senão em quase todas as Unidades da Federação (RODRIGUES, 1960, p. 53)

Como solução para essa situação deficitária o governo propôs a criação de 10 novos grupos escolares dos quais 3 serão localizados na capital, e 7 nas cidades do interior que apresentem maior densidade demográfica. Os grupos escolares foram criados em 1952, entretanto, todos foram localizados em zonas rurais, nenhum na capital. Outra medida é a elevação de algumas Escolas Isoladas à categoria de Grupo Escolar, tendo como finalidade o aumento do número de classes existentes e consequentemente o crescimento da matrícula.

Neste ano é relatada pelo governador a concessão de bolsas de estudos ao Estado em 1959 pelo Instituto de Estudos Pedagógicos (INEP) a professores primários que quisessem especializar-se em determinadas áreas. Sendo o ingresso e o término no ensino superior um grande passo na vida profissional de um sujeito neste período, ter a oportunidade de especializar-se representaria maiores status sociais e profissionais, delegadas aos professores primários. Principalmente porque tais bolsas eram financiadas por um órgão de caráter

nacional (o INEP). O número de bolsas e a especialidade podem ser observados no quadro a seguir:

Quadro 3: Bolsas de Estudos do Instituto de Estudos Pedagógicos a professores primários em 1959

| Número de bolsas | Especialização |
|------------------|--------------------------|
| 20 | Artes Industriais |
| 01 | Metodologia da Linguagem |
| 01 | Música e Canto |

Fonte: Mensagem Governamental de 1960. Organização da autora deste trabalho.

É exposto ainda um quadro com os principais resultados no fim do primeiro ano letivo em 1959. Deste quadro podemos destacar um total de 175 Unidades Escolares, 399 docentes, sendo 583 normalistas e 197 não normalistas, nos estabelecimentos estaduais e municipais.

O ano de 1961 é marcado pela instituição de concurso público para a seleção de professores primários e regentes de ensino, bem como a realização de dois destes tipos de concursos públicos. 1961 foi ainda um ano marcante para a classe de professores por ter sido neste em que houve a efetivação da melhoria de remuneração com a concessão de gratificações. No tocante a matrícula, verificou-se um acréscimo com a incorporação de cerca de 7.000 novos alunos na população escolar da rede de ensino primário geral mantido pelo Estado, totalizando um número de 63.770 matrículas, sendo 15.872 municipais e 47.900 estaduais.

Como é notória a expansão da escola primária no período pesquisado se deu de maneira satisfatória, dado acontecimentos alheios à vontade dos governadores como podem ser observados no relato a seguir:

Em 1942 houve grandes embaraços a vencer para que o ensino, sobretudo o primário, não viesse a ser prejudicado. A crise de transporte, conseqüente à falta de combustível, dificultando a distribuição de material didático e deslocamento de inspectores e professores, o retardamento da correspondência escolar e o flagelo da sêca assim como as contingências da guerra, foram, entre outros, óbices consideráveis a repercutir desfavoravelmente nesse importante setor da vida administrativa. (MELLO, 1942, p.35).

Diante de fatos como estes é que os governadores ressaltavam que a instrução pública, sobretudo a primária, careceu de reformas de ensino:

Tendo em vista o rápido avanço que nos últimos anos vêm tendo as questões pedagógicas, já estamos a carecer de uma reforma na Instrução. Reforma não só de regulamento, mas também dos próprios métodos de ensino. (MELLO, 1936, p.20).

Entretanto, vale ressaltar que apesar dos relatos dos governadores a favor de reformas de ensino, a instrução pública no Piauí teve duas reformas, segundo Brito (1996), uma em 1933 e outra em 1947. Ambas implicaram “em mudanças substanciais, menos na parte administrativa que na estrutura organizacional e na orientação do ensino” (BRITO, 1996, p.89). É pertinente citar que estas foram a implementação no Estado do Piauí, das reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema.

Diante do exposto podemos sintetizar alguns dos dados coletados em forma de quadros (Quadros 9 e 10) direcionados a três eixos: matrícula escolar, edificações escolares e número de professores, visto que representam o foco no que diz respeito à educação primária percorrida por governadores e interventores nas mensagens e relatórios pesquisados.

Quadro 4: Matrícula escolar primária (1930-1961)

| Ano | Número de matrículas |
|--------------|-----------------------------|
| 1930 | 7.397 |
| 1931 | 11.101 |
| 1932 | 14.922 |
| 1933 | 16.054 |
| 1934 | 20.638 |
| 1935 | 25.532 |
| 1936 | 28.426 |
| 1937 | 32.383 |
| 1938 | 35.316 |
| 1939 | 37.689 |
| 1940 | 39.882 |
| 1941 | 43.262 |
| 1942 | 44.307 |
| 1948 | 42.615 |
| 1949 | 43.695 |
| 1950 | 56.506 |
| 1951 | 59.120 |
| 1961 | 63.770 |
| TOTAL | 622.615 |

Fonte: Mensagens Governamentais e Relatórios da Educação de 1930 a 1961. Organização da autora deste trabalho.

O gráfico demonstra um elevado crescimento no número de matrículas atingindo índices duplamente maiores uma década a outra. É pertinente citar que o número de matrículas não correspondia ao de frequência escolar apresentando defasagem em média de 10% do total de matrículas.

Em relação aos estabelecimentos de ensino concluímos que houve predominância de 3 tipos de estabelecimentos de ensino no Estado: Grupos Escolares (310), Escolas Nucleares (176) e Escolas Isoladas (928), sendo esta última a que apresenta maior número de estabelecimentos. As edificações escolares apresentaram um crescimento de 20% de uma década a outra. Do total de 1.587 apenas 1.194 tiveram atividade efetiva durante o citado período. Total este que implica no não funcionamento de quase 400 dos estabelecimentos existentes. Nenhuma das mensagens ou relatório faz alguma alusão a motivos deste não funcionamento.

No tocante aos professores há existência de três tipos: normalistas e não normalistas apresentado números de 583 e 1.162 respectivamente, totalizando 2.863 docentes nas esferas municipais e estaduais. O destaque se dá pelo crescimento do número de não normalistas (professores leigos) no ensino primário nos anos de 1960 e 1961, o número total de não normalista quase chega a ser o dobro em relação à segunda categoria docente.

Os quadros representam uma estimativa dos resultados a que nos propomos a expor, pois é válido ressaltar que há informações não compatíveis, principalmente quantitativas, quando se compara o exposto por cada governo sobre um mesmo período.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da instrução primária piauiense é repleta de fatos marcantes, ao os reconstruirmos acreditamos estar contribuindo para ampliar os conhecimentos sobre a história da educação no estado, bem como fornecendo informações relevantes para o perfil histórico educacional do mesmo e conseqüentemente para a história da educação brasileira.

Com a pesquisa pudemos concluir que a instrução primária no período pesquisado se deu de maneira satisfatória devido a acontecimentos alheios e a vontade dos que se propunham a expandir e melhorar o ensino primário. Achamos pertinente a classificação ‘*satisfatória*’ visto os autores das Mensagens Governamentais e Relatórios da Educação: governadores e desembargadores, ou seja, sujeitos providos de autoridades na época. Logo, o divulgado, e conseqüentemente o publicado, ressaltavam seus feitos, engrandecendo os seus mandatos.

Com o estudo desses dispositivos legais pretendemos produzir informações organizadas sobre a história da educação no Piauí. Para isso é preciso configurar a pesquisa não como uma simples descrição a partir do documento legal, mas vendo-a como sinônimo de problematização dessas fontes, discutindo atos anteriores e intencionais à sua divulgação.

A partir desta análise nos é permitido à compreensão do atual, com vista à busca de reflexões sobre os pontos que se firmaram negativamente, e criticando (no contexto da época) os positivos, buscando superá-los, ou não mais cometê-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

FURTADO, José da Rocha. **Mensagem apresentada à câmara Legislativa**. Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1948.

FURTADO, José da Rocha. **Mensagem apresentada à câmara Legislativa**. Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1949.

FURTADO, José da Rocha. **Mensagem apresentada à câmara Legislativa**. Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1950.

FREITAS, Pedro Almendra. **Mensagem apresentada à assembleia legislativa em 21 de abril de 1952 pelo governador Pedro de Almendra Freitas**. Teresina: Imprensa Oficial, 21 de abril de 1952.

FREITAS, Pedro Almendra. **Mensagem apresentada à assembleia legislativa em 21 de abril de 1953 pelo governador Pedro de Almendra Freitas**. Teresina: Imprensa Oficial, 21 de abril de 1953.

GONÇALVES, Landry Salles. **Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. Getúlio Vargas Presidente da República : 1931-1935** Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1935.

LEAL, João de Deus Pires . **Mensagem apresentada à câmara Legislativa**. Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1930.

LOPES, Eliane Marta T. e GALVÃO, Ana Maia O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MELLO, Mathias Olympio de . **Mensagem apresentada à câmara Legislativa.**
Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1936.

MÉLO, Leônidas de Castro. **Relatório apresentado ao exmo. Sr. Presidente republica.** Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1938.

MÉLO, Leônidas de Castro. **Relatório apresentado ao exmo. Sr. Presidente republica.** Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1940.

MELLO, Leônidas de Castro . **Mensagem apresentada à câmara Legislativa.**
Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1937.

MELLO, Leônidas de Castro. **Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. Getúlio Vargas Presidente da República** : 1931-1935 Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1943.

RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Mensagem apresentada pelo governador do estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1960.**
Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1960.

RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Mensagem apresentada pelo governador do estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1961.**
Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1961.